

Os Efeitos da Cooperação Britânica na Tradução, Edição e Popularização da Bíblia Almeida: Do Século XVII ao Século XIX

Luís Henrique Menezes Fernandes

(Centro de Literatura Portuguesa
da Universidade de Coimbra)

A formação histórica da primeira tradução da Bíblia em língua portuguesa resultou de uma conjuntura marcadamente internacional: foi produzida não em Portugal, e nem em algum dos seus territórios ultramarinos, mas em colónias holandesas no Sudeste Asiático, ao longo do século XVII, tendo sido publicada originalmente em Amsterdão, Batávia e Tranquebar. Esta última localidade, aliás, antiga colónia dinamarquesa na Índia – tendo recebido, na primeira década do século XVIII, missionários luteranos alemães, enviados sob a tutela do filantropo August Hermann Francke (1663-1727) – foi a que abrigou depois a imprensa tipográfica que se tornaria uma das pioneiras na divulgação da Bíblia em português.¹ De facto, essa tradução bíblica, fruto da iniciativa do português João Ferreira A. d'Almeida (1629?-1691), foi desde cedo objeto de intensa e intrincada atividade editorial: até o fim do século XVIII, contava já com cinco edições do Novo Testamento e com quase uma dezena

1. Obra de referência a respeito é a de Fenger, publicada em inglês sob o título *History of the Tranquebar Mission*.

de volumes do Antigo, resultantes de processos editoriais por vezes independentes entre si, conduzidos invariavelmente por estrangeiros.

Mas foi somente em 1819 que se publicou, pela primeira vez na história, uma edição da Bíblia em língua portuguesa num único volume. Feito bastante tardio, se comparado com o caso mais próximo, isto é, o espanhol, que já possuía desde 1569 – exatos duzentos e cinquenta anos antes, portanto – uma edição bíblica nesse formato, contendo o Novo e o Antigo Testamento, na tradução de Casiodoro de Reina (1520-1594). Convém notar, porém, que essa nova edição portuguesa da Bíblia foi preparada já num outro contexto, tanto temporal como espacial: não foi impressa nem no Oriente, e nem sob influência holandesa, dinamarquesa ou alemã, mas em Londres, por iniciativa da British and Foreign Bible Society (BFBS), entidade recém-criada com o propósito de estimular a circulação das Escrituras em vários idiomas. (Leite 17-18) Mas diferentemente do que se poderia supor, a cooperação britânica para a divulgação da chamada *Bíblia Almeida* extrapola em muito esse acontecimento pontual. Na verdade, a presença britânica fez-se sentir, em modos e graus diversos, nas diferentes fases de sua evolução, desde o processo de tradução em si, e mais propriamente ainda em seu subsequente sucesso editorial. Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo será o de examinar a natureza e a extensão dessa cooperação, bem como avaliar os seus efeitos, positivos ou negativos, no processo de consolidação literária e religiosa da tradução de Almeida perante o público de língua portuguesa.

É consenso tácito, desde os primórdios do interesse intelectual pela história da tradução bíblica de Almeida, que em seu processo de composição não houve influência textual direta de qualquer versão bíblica em língua inglesa. (Fernandes 45-61) Já no estudo inaugural de António Ribeiro dos Santos (1745-1818), diretor da antiga Real Biblioteca Pública da Corte, aparece a informação de que, a par de uma estrita fidelidade aos idiomas bíblicos originais, Almeida teria certamente consultado duas traduções modernas: a chamada *Statenvertaling*, versão oficial holandesa publicada em 1637, e a já mencionada tradução castelhana de Casiodoro de Reina, em seguida

revista por Cipriano de Valera (1531?-1602), edição que ficou conhecida como a *Bíblia del Cántaro*. (Santos 44) Além disso, a documentação primária – particularmente os escritos assinados pelo próprio tradutor português – dá a entender que, além daquelas duas versões, muitas outras devem ter sido por ele consultadas, como a tradução em latim do Novo Testamento produzida por Teodoro de Beza, a *Bible de Genève* francesa, e a tradução italiana de Giovanni Diodati. Embora a questão das fontes textuais de Almeida ainda permaneça sem um esclarecimento definitivo, o facto é que não há qualquer indício documental de que alguma tradução em língua inglesa tenha sido consultada por ele, e nem de que ele tivesse alguma familiaridade com esse idioma. E embora a *King James Version*, tradução inglesa publicada originalmente em 1611, tenha sido editada diversas vezes em território holandês durante o período em que Almeida viveu, não há qualquer razão para crer que ela tenha exercido sobre ele uma influência direta.

Isso não quer dizer, contudo, que a referida tradução inglesa não tenha tido uma influência indireta. Todos os estudiosos que ousaram penetrar a espinhosa questão das fontes textuais de Almeida, e isso desde as contribuições iniciais de Ribeiro dos Santos, estão de acordo com o facto de que a tradução holandesa – a referida *Statenvertaling* – exerceu sobre ele profunda influência, seja por decisão pessoal, seja por imposição institucional.² Estando formalmente ligado à Igreja Reformada Holandesa, na condição de ministro pregador em Batávia, na ilha de Java, e tendo vivido desde a sua juventude entre holandeses, seria mesmo natural que tal influência existisse. Tarefa mais difícil, porém, é mensurar o peso que a *King James Version* terá exercido sobre a formação da própria *Statenvertaling*. Que os tradutores holandeses a tenham consultado, é não somente verosímil, mas também facto sugerido na documentação da época. (Bruin 294) Mas o dado concreto é que, se não no método de tradução em si, a versão inglesa influenciou diretamente os idealizadores da “nova” tradução

2. Facto por vezes apenas sugerido na documentação da época, mas também expresso pelo próprio tradutor em carta dirigida às autoridades holandesas em Amsterdão. Cf. *Originale Missive*.

holandesa, sendo inclusive considerada por eles um modelo a ser seguido, especialmente por ter se tornado uma espécie de “símbolo nacional” na Inglaterra. (Kooter 33)

Além disso, as normas prescritas aos tradutores holandeses, ditas pelo Sínodo de Dort (1618-1619) – reunido nos Países Baixos para lidar com a polémica desencadeada em torno das ideias de Jacobus Arminius (1560-1609) – não foram estabelecidas sem que antes fossem ouvidos os delegados britânicos ali presentes. (*Actes* 30-31)³ Portanto, sendo a *Statenvertaling* comprovadamente uma das principais fontes textuais seguidas por Almeida no seu trabalho de tradução, não deixa de fazer sentido a afirmação de que, de algum modo, a *King James Version* exerceu também sobre ele alguma influência. Mesmo assim, se é que houve tal influência, esta certamente foi ou indireta, ou muito periférica. A contribuição britânica decisiva sobre a *Bíblia Almeida* só se fará sentir direta e efetivamente duas décadas após a morte do seu tradutor, na complexa teia dos desdobramentos editoriais do seu trabalho que, em grande parte e por muito tempo, permaneceu em formato manuscrito.

A primeira colaboração britânica direta no processo de divulgação da tradução de Almeida está relacionada com a publicação da terceira edição do Novo Testamento, em Amsterdão, no ano de 1712. As duas edições anteriores, uma também de Amsterdão (1681), e a outra de Batávia (1693), tinham sido custeadas pela Companhia Holandesa das Índias Orientais e ainda estavam, portanto, restritas ao seu ambiente holandês de origem. Entretanto, na primeira década do século XVIII, um empreendimento internacional que, a princípio, não tinha relação direta com essa tradução da Bíblia, determinou o início de sua “exportação” muito para além do seu contexto original: o envio de dois missionários luteranos alemães – Bartholomäus Ziegenbalg (1682-1719) e Heinrich Plütschau (1676-1752), pupilos do já citado August Hermann Francke na Universidade de Halle – à colônia dinamarquesa de Tranquebar, na Costa do Coromandel, com o propósito

3. As atas do Sínodo de Dort foram traduzidas e publicadas em língua francesa no século XVII, edição por nós consultada. Cf. *Actes du Synode*.

de lá estabelecerem uma missão religiosa de cariz protestante. Esses missionários, ao desembarcarem na costa indiana em Julho de 1706, e tomando consciência de que o êxito de sua missão dependeria do domínio dos dois principais idiomas locais – o português e o tâmil –, passaram a especializar-se nessas línguas e a trabalhar em prol da divulgação de obras bíblicas e teológicas na região.

Essa iniciativa, contudo, já de caráter internacional – uma vez que congregava missionários alemães num território dinamarquês na Índia –, ganhou contornos ainda mais amplos nos anos seguintes. Dado o caráter inovador do empreendimento em Tranquebar, a correspondência dos missionários luteranos, endereçada principalmente ao seu tutor, August Hermann Francke, e publicada primeiro em língua alemã, logo passou também a ser divulgada em língua inglesa. E isso por iniciativa do Rev. Anthony William Boehm (1673-1722), ministro da Capela de St. James, em Londres, e que havia sido também aluno da Universidade de Halle, na Alemanha.⁴ Esse cidadão, de origem alemã, mas residente em Londres desde 1701, traduziu para o inglês parte da correspondência dos missionários de Tranquebar e a publicou, em 1709, sob o título *Propagation of the Gospel in the East*, obra que experimentou relativo sucesso editorial, uma vez que, em menos de uma década, já contava com três volumes e diversas reimpressões. Mas de importância vital para o nosso assunto é o facto de que essas publicações foram dedicadas à recém-criada Society for Promoting Christian Knowledge (SPCK), instituição estabelecida em 1698 com o objetivo de promover a distribuição de literatura cristã, da qual Boehm era membro efetivo, e para a qual os próprios missionários Ziegenbalg e Plütschau foram admitidos como correspondentes internacionais. Ao dedicar a essa instituição as obras mencionadas, a sua expectativa era a de angariar algum tipo de apoio à missão de Tranquebar, o que logo ocorreu e influenciou decisivamente os destinos da *Bíblia Almeida*.

4. Uma biografia dessa personalidade foi publicada já na década subsequente ao seu falecimento, sob o título *Memoirs of the Life and Death of the Late Reverend Mr. Anthony William Boehm*.

Já na primeira edição inglesa das cartas dos missionários de Tranquebar, ficava explícito que, na visão deles, a prioridade deveria ser o aprendizado do português, idioma que se havia popularizado no Oriente, em consequência da expansão marítima portuguesa.⁵ Contudo, os missionários logo reconheceram a existência de obstáculos, particularmente a carência de obras publicadas em português e em circulação, e também a grande diferença que havia entre o português europeu e o português “corrompido” que era falado pelos “pagãos” na região. Mesmo assim, apenas três meses após o seu desembarque na costa indiana, os missionários Ziegenbalg e Plütschau reconheciam que haviam feito “considerável progresso” e já estavam aptos a “catequizar” nesse idioma. E tal sucesso só lhes foi possível, em suas próprias palavras, por uma “estranha providência” que lhes fez chegar às mãos um exemplar do Novo Testamento em português, como também uma gramática, obras que liam diariamente, com o intuito de se exercitarem no idioma. (*Propagation* 26-27; Part I) Os missionários não apresentam, porém, ao menos nesse relato, detalhes a respeito de como se teria passado essa “estranha providência”, também não fazem menção de qual seria essa edição do Novo Testamento e nem quem seria o seu tradutor. Em outro momento, porém, fazem menção explícita à edição de 1681, impressa em Amsterdão; e não há indícios de que tivessem até então qualquer conhecimento da segunda, publicada em Batávia no ano de 1693. (*Propagation* 15; Part II)

No segundo volume da obra *Propagation of the Gospel in the East*, publicada em 1710, e dedicada também à SPCK, já aparece delineado o plano que levará à publicação, em 1712, da terceira edição do Novo Testamento em português, na tradução de Almeida. Logo no prefácio, faz-se menção à vantagem que representaria para os missionários luteranos se existisse em Tranquebar, juntamente com um pleno domínio do idioma português, “um bom número de edições do Novo Testamento nessa língua”. (*Propagation* 4;

5. Estudo de referência a este respeito é o de Lopes, que inclusive faz menção a várias obras de Almeida.

Part II) E mais do que isso, na parte final da edição aparece, como anexo, uma “proposta para a impressão do Novo Testamento em português”, para ser distribuído nas Índias Orientais e servir de auxílio aos missionários para lá enviados. Fazendo menção ao “incansável labor e zelo” dos missionários Ziegenbalg e Plütschau, “educados sob a direção do Prof. Francke na Universidade de Halle, na Alemanha”, e reconhecendo-se que a língua portuguesa era amplamente utilizada nas Índias Orientais, propõe-se a impressão de umas mil cópias do Novo Testamento nesse idioma. O documento também deixa expresso que a ideia partiu do Rev. Anthony William Boehm, recebeu o apoio de várias “piedosas e caritativas” personalidades e teve mais de uma dezena de subscritores.

Dois anos depois, era publicada em Amsterdão essa nova edição do Novo Testamento, na tradução de Almeida, com financiamento direto de membros da sociedade inglesa. Mas, apesar das melhores intenções, tanto dos missionários alemães como dos financiadores ingleses, essa edição acabou por perpetuar sérios problemas textuais, que passaram despercebidos, tanto pelo facto de todos os envolvidos no processo serem estrangeiros e não dominarem perfeitamente o português, como por desconhecerem toda a problemática em torno das duas edições anteriores, isto é, as de 1681 e 1693. Por uma rápida análise textual da edição de 1712, nota-se que se trata, na verdade, de uma reimpressão da de 1681, que havia tido quase todos seus exemplares “lançados ao mar” por ordem das autoridades holandesas, quando se deram conta de que, no processo de revisão e impressão, o texto havia sido maculado por incontáveis erros tipográficos. Dos exemplares preservados, algumas dezenas foram corrigidas à mão pelo próprio Almeida; outros permaneceram no seu estado original, repletos de incorreções, sem qualquer indicação de que a sua qualidade textual estaria comprometida, e foi certamente um destes que chegou às mãos dos missionários de Tranquebar no início do século XVIII.⁶ Essa é uma das razões por que, logo em 1693, foi publicada

6. Todas essas informações sobre a primeira edição do Novo Testamento de Almeida aparecem nas atas do conselho eclesiástico de Batávia, publicadas por Jakob Mooij.

em Batávia uma segunda edição do Novo Testamento em português, que havia sido objeto de um novo processo de revisão – edição aparentemente desconhecida dos primeiros missionários de Tranquebar, mas cuja qualidade textual, sendo obra de revisores estrangeiros, foi também alvo de críticas. (Ferreira 30)

No entanto, toda essa questão era ignorada pelos próprios missionários de Tranquebar, os quais só tomaram consciência disso logo após o processo de impressão. Por isso, a edição de 1712 acabou por prevalecer por mais de meio século, pois somente na década de 1760 foi publicada, dessa vez em Tranquebar, uma nova edição do Novo Testamento português, seguida de um novo processo de revisão e correção textual. A influência da edição de 1712 é atestada também pelo facto de que a primeira menção de que se tem registro em Portugal a respeito da tradução de Almeida se refira justamente a ela, que foi analisada pelo bibliógrafo Diogo Barbosa Machado e que, portanto, já se encontrava em território português pelo menos desde a década de 1740. (657-658) Outra curiosidade sobre o texto dessa edição é o facto de ter sido também o primeiro de que se tem notícia a aportar em território brasileiro, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, antes mesmo da sua entrada em Portugal. E a forma como tal se deu revela não somente o potencial de circulação dos textos impressos já nessa época, como também o facto de a cooperação britânica para a difusão da *Bíblia Almeida* ter ido muito além de uma iniciativa pontual. Pode-se mesmo considerar que, sem a influência da SPCK, associada também a uma série de eventos históricos imprevisíveis, a maior parte da tradução de Almeida poderia mesmo ter desaparecido, degradando-se em seu formato manuscrito.

Em carta escrita em 1708, os missionários Ziegenbalg e Plütschau já haviam declarado que, para eles, além do suporte financeiro, seria muito útil se tivessem à sua disposição uma imprensa tipográfica em Tranquebar, pois desde o princípio da missão investiam muito tempo na transcrição manuscrita de obras fundamentais em português e em tâmil. (*Propagation* 7; Part II) Atenta a essa demanda, e estando o Novo Testamento em português ainda no prelo, a mesma

SPCK deliberou enviar a Tranquebar “uma imprensa tipográfica, com todos os utensílios necessários”, em benefício da missão. (*Propagation* 35; Part II) Além disso, designou um cidadão de nome Jonas Fincke, natural da Silésia, mas residente em Londres, como técnico impressor, pois este havia demonstrado interesse em unir-se aos missionários em Tranquebar. Assim, no início de 1711, foram enviados à Índia, desde Londres, além da tipografia e de um técnico impressor, duzentos e cinquenta exemplares do *Evangelho de Mateus* em língua portuguesa, tendo em vista que o processo de impressão do Novo Testamento em Amsterdão ainda estava em curso.

Entretanto, no início do ano seguinte, chegou a Londres a notícia de que a embarcação em que seguiam o equipamento, o impressor e os demais bens endereçados aos missionários, havia sido capturada na costa brasileira, especificamente no Rio de Janeiro, por uma esquadra francesa. Com isso, o impressor, Jonas Fincke, foi feito prisioneiro e todos os bens do navio acabaram retidos. Ao ser resgatado o navio, por iniciativa de Joseph Collett (1673–1725), membro da companhia comercial britânica, e que também estava a caminho da Índia, o impressor foi posto em liberdade e todo o equipamento tipográfico foi preservado. Quanto aos exemplares do *Evangelho de Mateus*, haviam sido distribuídos pelos franceses entre os habitantes do Brasil – facto que agradou a Jonas Fincke, pois, ao desembarcar no Rio de Janeiro, havia imaginado como seria benéfico se aquela população, imersa em “idolatria e superstição”, tivesse acesso ao texto bíblico em seu próprio idioma. (*Propagation* 4-5; Part III) Seja como for, apesar de todos esses contratemplos e do atraso ocasionado, a embarcação prosseguiu a sua viagem, e o equipamento finalmente chegou a salvo a Tranquebar, em Agosto de 1712. O impressor Jonas Fincke, porém, não chegou a completar a viagem, pois faleceu durante o percurso, dois dias após terem deixado a costa brasileira. Mesmo assim, a tipografia foi logo instalada em Tranquebar, e foi encontrado por acaso na região um homem, ao serviço da companhia comercial dinamarquesa, que na sua juventude havia aprendido a arte da impressão, o qual serviu aos missionários provisoriamente para este fim. (*Propagation* 29-44; Part III)

A partir de então, os missionários de Tranquebar já tinham em mãos a sua edição do Novo Testamento em português, na tradução de Almeida, e já podiam também contar com sua própria tipografia, tudo graças à contribuição que receberam de Londres. Foi, portanto, muito natural que passassem a idealizar a publicação de toda a Bíblia em língua portuguesa, cogitando formas de editarem ali mesmo os livros sagrados restantes. Projeto bem mais ambicioso, dada a extensão do texto bíblico integral, também pelo facto de até então não terem qualquer notícia de que o mesmo Almeida havia também traduzido, em Batávia, os livros do Antigo Testamento, que jaziam em formato manuscrito. Já em 1713, os missionários Bartholomäus Ziegenbalg e Johann Ernst Gründler – este último também ligado à Universidade de Halle, e que havia chegado a Tranquebar em 1709 – cogitavam publicar uma tradução integral da Bíblia em português. Para tanto, haviam recebido a ajuda do Rev. George Lewis (c. 1663-1729), capelão inglês no Forte St. George, em Madras, na Índia, o qual estava ao serviço da companhia comercial britânica, e que era também membro correspondente da SPCK. Este, cultivando boas relações com os missionários alemães de Tranquebar, forneceu-lhes alguns livros do Antigo Testamento em português, incentivando-os a traduzirem e publicarem os demais. (*Propagation* 65; Part III) A origem dessa tradução bíblica parcial é desconhecida, mas pode ter sido feita pelo próprio Rev. Lewis, uma vez que este era proficiente na língua portuguesa desde antes da sua chegada à Índia. (Ansorge 144)

No ano seguinte, os missionários informavam que já possuíam em formato manuscrito quase todo o Antigo Testamento em português: parte havia sido fornecida pelo já mencionado Rev. Lewis, de Madras, e o restante obtiveram das colônias holandesas de Negapatão e Paliacate, localizadas também na Costa do Coromandel. (*Propagation* 117; Part III) Também não se faz menção a quem teria sido o autor dessa última tradução, mas pode muito bem ter sido obra de Fredericus Frontenius (1627-1671), ou ainda de Abraham Rogerius (1609-1649), ministros holandeses que serviram justamente naquelas localidades, e a respeito dos quais há informações de que haviam

traduzido no século XVII partes da Bíblia em português. (Dubbeldam, *De gereformeerde* 123-124) Mas apesar de terem à disposição todo esse material manuscrito, os missionários de Tranquebar consideravam que essa tradução não estava à altura dos seus objetivos, pois o texto apresentava muitas discrepâncias face ao texto hebraico de referência, e a negligência do seu tradutor tornava absolutamente necessária uma revisão meticulosa. Segundo eles, o autor da tradução havia seguido muito servilmente a versão castelhana da Bíblia, “palavra por palavra”, sem consideração pela especificidade do idioma português. Mesmo assim, em 1714 já tinham prontos para impressão os dois primeiros livros do Pentateuco. (*Propagation* 117-118; Part III)

Apesar desses condicionamentos, os missionários alemães deram prosseguimento à obra, e publicaram, em 1719, a primeira edição dos *Cinco Livros de Moisés* em português. Mas no que diz respeito à qualidade do texto, o bibliógrafo António Ribeiro dos Santos já havia sido categórico: a sua dicção era “rude e áspera, com muitas imperfeições, e erros na gramática portuguesa”, sendo claramente obra “de homens que falavam em uma língua que lhes não era própria nem familiar”, o que tornava o sentido do texto “obscuro em algumas passagens, e a leitura menos agradável e corrente”. (30-31) Outra prova desse facto aparece na própria edição, pois traz uma errata com cerca de quinhentas incorreções e respetivas propostas de retificação. Assim, essas primeiras iniciativas para a publicação do Antigo Testamento em português, na oficina tipográfica de Tranquebar, ainda sob a direção de Ziegenbalg e de Gründler – falecidos em 1719 e 1720, respetivamente –, não deixaram de ter um carácter um tanto experimental. O “período áureo” das publicações portuguesas em Tranquebar ocorrerá somente durante a atividade de outro missionário: o dinamarquês Nicolas Dal (1690-1749), chegado à Índia em 1719. Tomando a publicação da Bíblia em português como sua missão particular, e isto ao longo de quase trinta anos, Nicolas Dal será o primeiro a editar uma parte do Antigo Testamento em português na tradução de Almeida. Com isso, Dal foi responsável por unir novamente a *Bíblia Almeida* à contribuição britânica, representada pela tipografia estabelecida em Tranquebar.

Após a publicação do *Pentateuco* em 1719, e apesar das dificuldades envolvidas, os missionários tinham em mente dar continuidade à obra, seguindo a ordem tradicional dos textos bíblicos. Entretanto, em 1725, Nicolas Dal reportava aos seus patronos em Halle, na Alemanha, uma “notícia extraordinária”: a existência em Batávia de um manuscrito do Antigo Testamento em português, traduzido pelo mesmo João Ferreira de Almeida cuja versão do Novo Testamento era conhecida e reverenciada em Tranquebar desde os primórdios da missão. Diante dessa informação, Nicolas Dal questionava os seus superiores em Halle a respeito de qual posição deveria tomar: aguardar a publicação do texto pela imprensa holandesa de Batávia, ou buscar meios de ter acesso ao manuscrito, para ser impresso em Tranquebar. A questão foi solucionada graças à intervenção do holandês Theodoor van Cloon (1684?-1735), então governador de Negapatão, na Índia, e recém-nomeado conselheiro da companhia comercial holandesa em Batávia. Era excelente a relação dos missionários de Tranquebar com a comunidade protestante holandesa de Negapatão, de onde inclusive obtiveram o manuscrito que serviu de base para o *Pentateuco* de 1719. Encontrando-se com Theodoor van Cloon em Negapatão em 1730, este último prometeu aos missionários de Tranquebar que lhes enviaria, desde Batávia, uma cópia do manuscrito do Antigo Testamento, na tradução de Almeida, e ainda mais: oferecia-se a custear todo o processo de impressão. (Duverdier 128)

Os missionários de Tranquebar supunham, ao que parece, que o manuscrito do Antigo Testamento conservado em Batávia estaria incompleto, uma vez que o tradutor havia falecido antes de concluir a obra, chegando até os versos finais do profeta Ezequiel. Essa parece ser a razão por que, antes mesmo da chegada do manuscrito a Tranquebar, os missionários preparavam uma edição em português dos *Doze Profetas Menores*, justamente a principal porção que faltava ao texto de Almeida. Todavia, a tradução do Antigo Testamento já estava mesmo completa desde 1694, pois um holandês chamado Jacob op den Akker (1647?-1731), também ministro a serviço da comunidade de língua portuguesa em Batávia, havia tomado a iniciativa de dar

os passos finais ao trabalho de Almeida. De qualquer modo, no dia 25 de Fevereiro de 1731, passados já quarenta anos desde a morte do tradutor português, foi recebido em Tranquebar, para a surpresa de todos, o manuscrito do Antigo Testamento da pena do próprio Almeida. O governador Theodoor van Cloon havia-se comprometido a providenciar uma cópia, mas acabou por enviar o manuscrito original, talvez por considerar que não haveria copista qualificado para a tarefa: o manuscrito estava já bastante danificado e a letra era muito pequena e de difícil leitura. Toda essa peripécia resultou na primeira edição impressa de uma parte do Antigo Testamento na versão de Almeida: os *Livros Históricos*, publicados em 1738, sete anos após o recebimento do manuscrito – resultado que o próprio Theodoor van Cloon não testemunhou, pois havia falecido três anos antes. (Duverdier 129)

Dos mil exemplares impressos, cerca de seiscentos deviam ser destinados às colónias holandesas nas Índias Orientais – talvez como parte do acordo com Theodoor van Cloon – e cento e cinquenta foram logo encaminhados à Batávia. A recepção do trabalho, porém, não foi totalmente positiva. Isso porque nem todos estavam satisfeitos com o envio do manuscrito a Tranquebar, pois a missão luterana dinamarquesa havia tomado a dianteira numa iniciativa editorial que, pela lógica, deveria ter sido empreendida primeiro pelos holandeses calvinistas. As razões para o “abandono” do manuscrito em Batávia, por tantas décadas após a morte do tradutor, não são claras: o historiador holandês Boetzelaer van Dubbeldam (1873-1956) afirma que não havia grande disposição para arcar com os custos da impressão e aponta também um certo receio de enviarem o manuscrito para ser impresso na Holanda. (*De gereformeerde* 148-150) O mesmo autor afirma também que haveria interesse do governo holandês em desestimular o uso da língua portuguesa na região, em favor do holandês. (*De protestantsche* 257) O facto é que, seja por razões económicas ou políticas, ou mesmo por pura “má vontade”, o manuscrito chegou a ficar totalmente inacessível, “guardado cuidadosamente num armário”, sob a responsabilidade do conselho eclesiástico. Quando chegou oficialmente a Batávia a notícia de que em Tranquebar se

preparava a impressão do Antigo Testamento na versão de Almeida, ficou claro que o manuscrito havia sido enviado secretamente, sem a devida autorização do conselho.

A conclusão do mesmo Dubbeldam a respeito de tudo isso é ilustrativa do facto que pretendemos aqui demonstrar: sem a cooperação britânica em Tranquebar, particularmente no envio do equipamento tipográfico, é possível que essa tradução do Antigo Testamento jamais tivesse sido impressa. (*De protestantsche* 257) Isso porque, como vimos, passadas quatro décadas desde o falecimento do tradutor, não havia em Batávia grande interesse na publicação do manuscrito e o mesmo já se encontrava deteriorado. A montagem da tipografia em Tranquebar foi um passo fundamental, portanto, para que o Antigo Testamento em português, na versão de Almeida, se perpetuasse em formato impresso, primeiro em Tranquebar e, depois, em Batávia. Isso porque o início do processo de impressão em Tranquebar acabou por incentivar o conselho eclesiástico de Batávia a dar início também ao seu próprio projeto para publicação da Bíblia completa em português. Na avaliação de Dubbeldam, os holandeses tomaram essa decisão após julgarem que, tendo os luteranos de Tranquebar o título de pioneiros nessa matéria, a honra dos calvinistas poderia ficar maculada, pela sua negligência em negócio de tamanha importância. (*De protestantsche* 258) Daí que, paralelamente ao processo de impressão da versão de Almeida em Tranquebar, sob a responsabilidade de Nicolas Dal, os ministros holandeses Johan Maurits Mohr e Lebrecht August Behmer conduziram também uma outra revisão do texto para impressão.

Trata-se, porém, de “edições rivais”, segundo a avaliação do bibliotecário e orientalista francês Gérald Duverdier (1938-2022), talvez o maior especialista nessa trama. (131) Enquanto os missionários luteranos de Tranquebar, capitaneados por Nicolas Dal, conduziam um meticuloso processo de revisão, os ministros holandeses pareciam ter pressa. Em Batávia, foi impresso todo o Antigo Testamento português, em dois volumes, no curto espaço de cinco anos: o primeiro tomo saiu em 1748 e o segundo em 1753. Em Tranquebar, por outro lado, o processo foi bem mais moroso: após a publicação dos

Livros Históricos em 1738, o volume dedicado aos chamados *Livros Dogmáticos* só veio à luz na íntegra seis anos mais tarde, em 1744. Os *Quatro Profetas Maiores* foram publicados em 1751, após mais sete anos de meticulosa revisão, período durante o qual Nicolas Dal faleceu. Seis anos mais tarde, por fim, foi publicada uma nova edição dos *Cinco Livros de Moisés*, dessa vez na tradução de Almeida, com o intuito de substituir a edição de 1719, traduzida pelos próprios missionários alemães, a qual depois foi considerada inferior e, portanto, descartável. Além disso, queriam que todo o texto bíblico em português gozasse de uma unidade estilística e como ainda tinham em mãos o manuscrito de Almeida não fazia sentido investirem na antiga versão, editada ainda na época de Ziegenbalg e Gründler. Por fim, neste contexto de “rivalidade”, foram também lançadas novas edições do Novo Testamento, revistas com o intuito de expurgarem os erros das edições anteriores: a edição de Tranquebar saiu em 1765 e a de Batávia em 1773.

Desses dois processos de impressão da Bíblia em português, um em Tranquebar e outro em Batávia, é que resultará o material bibliográfico essencial que será depois, a partir do século XIX, alvo do interesse de outra instituição britânica: a British and Foreign Bible Society (BFBS), organismo que exercerá o papel mais decisivo nos destinos da *Bíblia Almeida*. Isso porque, antes do advento dessa instituição, as edições impressas da versão de Almeida, embora com tiragem expressiva para a época e para o contexto em que foram produzidas, não eram ainda objetos de distribuição em massa. E mesmo que o ideal de uma distribuição verdadeiramente popular do texto bíblico impresso, a baixo custo, tenha alguma relação com a missão de Tranquebar – a *Cansteinsche Bibelanstalt*, primeiro instituto bíblico de feição moderna, havia sido fundado também em Halle, em parceria com o próprio August Hermann Francke –, aquelas primeiras edições eram destinadas a um público mais seletivo. Mesmo assim, a influência britânica esteve presente e desempenhou um papel importantíssimo na edição primitiva do texto de Almeida, ao longo do século XVIII; mas será no seu percurso de maior popularização, a partir do XIX, que a iniciativa britânica se tornará ainda mais presente.

A BFBS foi fundada em 1804 com um propósito bem definido: promover uma maior distribuição da Bíblia Sagrada, não só em língua inglesa, mas também em outros idiomas. De entre as suas resoluções iniciais, estava a de que a instituição teria como objetivo encorajar uma mais ampla circulação do texto bíblico, e somente do texto bíblico, isto é, sem notas ou comentários adjacentes. (Leite 23)⁷ E isto com o intuito de “homogeneizar” todos os grupos religiosos que tinham a Bíblia como texto divinamente inspirado, evitando-se assim divisões, tanto no campo do público-alvo, como no dos seus patrocinadores. Este aspeto terá um impacte significativo na relação dessa instituição com a *Bíblia Almeida e*, em certa medida, definirá o seu destino. Além disso, é importante salientar que essa instituição não havia sido criada com o objetivo de suprimir outras entidades semelhantes preexistentes – como a própria SPCK, que permanecia atuante –, mas complementar as suas iniciativas com uma missão ainda mais específica: a distribuição da Bíblia. Este aspeto será também fundamental para o caso da tradução portuguesa, uma vez que aquela instituição se valerá, até certo ponto, da contribuição feita por esta última no século precedente.

A primeira iniciativa editorial da BFBS para com a língua portuguesa ocorreu em 1809, apenas cinco anos após a sua fundação. Aliás, essa iniciativa não era destinada prioritariamente a Portugal, mas aos falantes de português que se encontravam em domínios britânicos, por ocasião das Guerras Napoleónicas que então afetavam particularmente a Península Ibérica. Num contexto de uma cada vez mais íntima aproximação anglo-portuguesa, foi proposta uma nova edição em português do Novo Testamento; e a primeira referência à sua circulação em Lisboa já aparece no ano seguinte. As notícias iniciais a este respeito são, para os seus editores em Londres, bastante animadoras: a edição experimentava rápida circulação e era tida em alta estima por cidadãos de todas as classes. (Leite 69-70) Contudo, mais uma vez, o desconhecimento de toda a problemática editorial

7. Servimo-nos aqui extensivamente da documentação primária compilada por Rita Mendonça Leite, na sua tese de doutoramento, bem como nos parágrafos seguintes.

anterior, que vinha desde o século XVII, e o facto de não terem o português como língua materna, fez com que, desde o começo, o resultado obtido pela BFBS fosse paradoxal: ao mesmo tempo que se popularizava a tradução de Almeida, perpetuavam-se as deficiências das edições anteriores. Isto porque, em primeiro lugar, foi escolhida como base para a edição de 1809 justamente a de 1712, financiada também por Londres e cujos “erros textuais” haviam sido já reportados na época de Bartholomäus Ziegenbalg, em Tranquebar. Contudo, esse facto era aparentemente ignorado pelos novos editores. Além disso, a nova edição restringiu-se a uma reimpressão de um texto centenário, sem a devida atualização ortográfica.

Mesmo assim, a edição de 1712, apesar das suas deficiências que, como já apontado, remontavam a 1681, não deixava de ter também excelentes qualidades textuais, como a riqueza vocabular e estilística, já observadas por Ribeiro dos Santos. (46-47) É por isso que, apesar de tudo, a edição foi a princípio bem acolhida por vários indivíduos em Portugal e acabou por ser objeto de reimpressões em Londres nos anos seguintes (1811, 1813 e 1817), mas ainda sem qualquer atualização ortográfica ou vocabular significativa. Em 1810, já apareciam os primeiros movimentos entre os ingleses para a impressão de uma edição completa da Bíblia em português, num único volume, e o correspondente da BFBS na Índia, Rev. David Brown (1763-1812), era orientado para reunir edições da tradução de Almeida, impressas no século anterior, para lhes servir de base. Já no ano seguinte, foram enviados a Londres, de Calcutá, exemplares do Antigo e do Novo Testamento em português editados em Tranquebar. Abria-se assim uma oportunidade para se popularizar entre o público português o minucioso trabalho de revisão conduzido em Tranquebar, em especial por Nicolas Dal, bem como para se superarem de uma vez por todas os tais “erros” do Novo Testamento, substituindo o texto de 1712 pelo de 1765, publicado também em Tranquebar – edição muito superior a todas as anteriores, por ser resultante também de cautelosa revisão.

Entretanto, na mesma carta em que anunciava o envio dessas edições, o já referido Rev. David Brown expressava as suas reservas quanto

à conveniência em reeditá-las. Segundo ele, tratava-se de livros muito “desajeitados”, feitos “ao modo alemão”, com muitas notas e referências que poluíam o texto. (Leite 530) Como já apontado, era política da BFBS a publicação do texto bíblico sem notas adjacentes e de facto as edições de Tranquebar não se enquadravam perfeitamente nessa categoria, apesar de as notas serem muito sucintas, restringindo-se basicamente a sugestões de traduções alternativas. O facto é que para ser finalmente publicada em Londres, em 1819, a primeira edição da Bíblia Sagrada em língua portuguesa num único volume, foram utilizadas como base não as edições de Tranquebar, mas as de Batávia, nomeadamente os dois volumes do Antigo Testamento impressos em 1748 e 1753, e o Novo Testamento de 1773. A razão para isso, embora não apareça expressa na documentação por nós consultada, deve ter sido justamente o facto de as edições de Batávia serem aparentemente mais “limpas” do que as de Tranquebar, pois não trazem as notas, os prefácios, nem os resumos dos capítulos. Trata-se de elementos, a nosso ver, que denotam a superioridade das edições de Tranquebar, fruto do zelo extremo dos seus revisores, sobretudo de Nicolas Dal, mas que devem ter sido interpretadas pelos ingleses, segundo o parecer do Rev. David Brown, como um “excesso” a ser aparado.

O facto é que os ingleses envolvidos na iniciativa não tinham um conhecimento apropriado da história das edições anteriores de Almeida e muito menos de que as versões de Batávia e Tranquebar eram, na verdade, “rivais” e não simplesmente duas alternativas neutras. E afora esse aspeto, os editores ingleses acabaram por incidir novamente num grave erro, que acabou inclusive por ser um dos principais responsáveis por manchar a credibilidade do nome de Almeida perante boa parte do público português à época: o texto da Bíblia Sagrada de 1819 é simplesmente uma reimpressão das referidas edições anteriores de Batávia, sem qualquer atualização ortográfica. Portanto, não procederam a uma reedição do texto, mas acabaram por veiculá-lo tal como estava registado naquelas versões anteriores, as quais também haviam sido editadas entre estrangeiros, com uma grafia desatualizada já para o século XVIII, a qual, perante o seu público-alvo, parecia simplesmente estar “errada”. Para piorar

o cenário, o texto de Almeida já era por natureza “antiquado” – não por incompetência do tradutor, mas por este ter adotado um estilo e um vocabulário clássicos da língua portuguesa, de tipo quinhentista, bem camonianos –, como já havia observado Ribeiro dos Santos, o qual argumentava em sua defesa. (47) Diante disso, talvez por não serem nativos da língua portuguesa, os editores britânicos não notaram nem a natureza, nem a dimensão do problema e aparentemente não entendiam a razão por que aquela tradução, tão estimada por alguns, parecia simplesmente não funcionar em Portugal.

Esse é um dos motivos por que, paralelamente à distribuição da tradução “protestante” de Almeida, a BFBS passou também a apostar na versão do Pe. António Pereira de Figueiredo (1725-1797), baseada na tradução “canonizada” pela Igreja Católica – a Vulgata latina – e publicada originalmente nas últimas décadas do século XVIII. Com isso, foi também impresso em Londres, em 1818, o Novo Testamento na versão de Figueiredo, e toda a Bíblia em 1821, para uso dos católicos. Diferentemente do que ocorria em geral com a tradução de Almeida, a de Figueiredo encontrava uma excelente recepção em Portugal, não só por razões de ordem religiosa – o autor era católico e não um “herege” –, mas especialmente pela sua presumida superioridade estilística e idiomática. Um dos que abraçaram decisivamente este ponto de vista foi Thomas Edwards, comerciante britânico e espécie de agente da BFBS na ilha da Madeira, para quem o texto bíblico na versão de Figueiredo era belíssimo e cuja leitura dava grande satisfação. Este lamentava, em 1820, que a edição completa da Bíblia, publicada no ano anterior, havia sido a de Almeida e não a de Figueiredo; e havia mesmo sugerido a supressão da primeira e a sua substituição pela segunda. Em outro momento, propunha que o texto de Almeida deveria passar por uma profunda revisão, segundo a opinião que ouvia de ilustres portugueses residentes em Londres, de entre os quais se contava Hipólito da Costa (1774-1823), hoje considerado o “patrono da imprensa” no Brasil. (Leite 530-533)

Ainda na década de 1820, outro colaborador britânico, John William Bailey, residente em Lisboa, assegurava que a tradução portuguesa de Almeida estava mesmo “incorreta” e que seria preferível não

voltar a editá-la. Outras personalidades influentes na comunidade protestante da época, sobretudo ingleses, haviam concluído: “a tradução de Almeida é simplesmente condenada pelos portugueses”. (Leite 535) É curioso observar que avaliações desse tipo, embora tivessem algum eco na própria sociedade portuguesa, eram cultivadas e propaladas por indivíduos que não tinham o português como idioma materno; e que, portanto, talvez não tivessem a sagacidade para notar que, afinal, o problema com o texto de Almeida, em especial com o da edição de 1819, era basicamente o de uma ortografia desatualizada, fixada por editores holandeses no século anterior, associada ao emprego ocasional de termos obsoletos, mas de modo algum incorretos. É isso o que explica a divergência gritante dessas avaliações, que se multiplicavam desde as edições publicadas em Londres, com o juízo de uma autoridade intelectual como Ribeiro dos Santos, que quase à mesma época louvava a “felicidade e exatidão” com que Almeida foi capaz de traduzir e “pontualmente seguir o texto original”, como também a “propriedade e fartura de linguagem com que expressou o sentido das Santas Escrituras”. (27) Desconhecendo os dados necessários para suspeitarem que a razão de tal resistência residia mais no processo editorial em si – especialmente no uso acríptico das edições de Batávia – do que na qualidade literária de Almeida, fomentava-se a tradução “católica” de Figueiredo, a qual, logicamente, soava muito mais natural ao público-alvo, pois era recente em comparação com a versão “protestante” concorrente.

Um indivíduo ligado diretamente à BFBS que enxergou com clareza toda essa problemática foi o Rev. Edward Whiteley, capelão britânico na cidade do Porto. Quase duas décadas após a fatídica edição de 1819, este confessava estar consciente de que muitos assumiam preferir a tradução de Figueiredo, em detrimento da de Almeida. Ele mesmo cultivara tal opinião, mas estaria agora convencido de que tal se dava somente por uma razão: a ortografia e linguagem de Almeida eram de outra época. Sobre a versão de Figueiredo, o juízo de Whiteley era fulminante: a sua única vantagem seria mesmo a de ter uma linguagem atualizada, por ser uma tradução recente; mas não deixava de ser uma “tradução de uma tradução” e assim perpetuava

várias faltas da Vulgata; era por demais difusa e parafraseada, ou seja, em vez de simplesmente seguir o texto, palavra por palavra, aventurava-se a explicar as passagens; como resultado, a beleza e a simplicidade do texto bíblico original ficavam obscurecidas numa multiplicidade de termos. Por outro lado, asseverava que nenhuma dessas objeções poderia ser levantada contra a versão de Almeida, esta sim uma tradução concisa e imediata dos idiomas originais; que sua linguagem e estilo estariam em harmonia com os maiores clássicos da literatura portuguesa; e que, para que ficasse funcional, bastava uma atualização ortográfica e a substituição de alguns termos obsoletos. (Leite 536) Portanto, em vez de descontinuar Almeida e investir em Figueiredo, como era ideia corrente no período entre os ingleses, Whiteley defendia justamente o oposto: abandonar Figueiredo e apostar tudo em Almeida, contanto que fosse providenciada, o mais rápido possível, a sua devida atualização.

O mesmo Rev. Whiteley ia mais além, argumentando que, feita a atualização necessária, a tradução de Almeida poderia desempenhar em Portugal papel semelhante ao exercido pela *King James Version* na Grã-Bretanha, pois aquela seria uma tradução tão boa quanto essa. A perpetuação de uma ortografia desatualizada nas edições de Londres, ignorada num processo editorial conduzido por estrangeiros, fazia com que muitos cressem que a tradução fosse má, quando de facto não era. Whiteley insistia que a própria instituição responsável pelas edições não havia entendido o “real valor” da tradução de Almeida, pois dava ouvidos a pessoas inabilitadas para distinguir entre ortografia ultrapassada e má tradução. (Leite 537) O capelão britânico também confessava que ele mesmo não tinha consciência do quão excelente era a versão de Almeida até a ter examinado em profundidade e ter tomado consciência da sua beleza estilística, concisão e força expressiva. Em carta endereçada ao Rev. Joseph Jowett, responsável pelo departamento editorial da BFBS, Whiteley afirmava também que, se tivessem noção do real valor do texto de Almeida, deveriam congratular-se com a existência de tal tradução e jamais cogitariam descartá-la; e sendo o português um idioma tão amplamente usado, em várias partes do mundo, era fundamental que existisse uma clara

e irrepreensível tradução da Bíblia e que esta seria a de Almeida e não a de Figueiredo.

Apesar de toda a clareza com que percecionava a situação e da firmeza do seu posicionamento quanto ao valor da tradução de Almeida, a proposta do Rev. Whiteley acabou por não ser tão bem-sucedida quanto poderia. E isto por várias razões, desde uma certa apatia da BFBS face aos seus apelos, como pelo facto de outra instituição britânica – a Trinitarian Bible Society (TBS), fundada em 1831 – ter tomado a iniciativa de conduzir uma revisão autónoma do texto de Almeida, aparentemente após ter tomado conhecimento da proposta de Whiteley. Além disso, o mesmo Whiteley, apesar de demonstrar maior sensibilidade face à riqueza da língua portuguesa e de ter notado que o texto de Almeida estava em conformidade com os clássicos da literatura, não obstante a sua ortografia desatualizada, também não tinha um conhecimento profundo da problemática editorial anterior. Por isso, ao iniciar ele mesmo um processo de revisão do Novo Testamento de Almeida, a título particular, escolheu como base justamente a segunda edição, impressa em 1693, cuja qualidade textual é bastante questionável, e que chegou a ser classificada por um dos maiores especialistas na matéria como “miserável prosa”. (Ferreira 30)

De qualquer modo, o seu prognóstico a respeito do futuro do texto de Almeida foi certo e resume perfeitamente um dos principais efeitos da contribuição britânica para a popularização da Bíblia em português. Na sua avaliação, o facto de duas agências – a BFBS e a TBS – estarem a conduzir, de forma independente e com metodologias diversas, revisões do texto de Almeida, acabaria por resultar na oferta de uma variedade de versões de uma mesma tradução ao público de língua portuguesa, o que aumentaria a sensação de confusão e geraria ainda mais críticas ao texto. (Leite 540) Assim, ao mesmo tempo em que se popularizasse a *Bíblia Almeida*, ela diluir-se-ia em múltiplas versões, tornando ainda mais difusa a sua riqueza literária e religiosa. E não somente isso, pois Whiteley também se mostrava bastante reticente quanto à qualidade e à própria idoneidade do projeto de revisão encetado pela TBS. Na sua visão, perante a

morosidade da BFBS em apoiar a sua ideia, a outra instituição ter-se-ia apropriado indevidamente dela e, mais do que isso, deixara-a sob a responsabilidade de alguém que não teria os requisitos mínimos para a executar com acerto: o Rev. Thomas Boys (1792-1880), ligado ao Trinity College da Universidade de Cambridge, especialista no idioma hebraico, mas que não teria o domínio da língua portuguesa.

As críticas de Whiteley ao trabalho de Thomas Boys iam além desse aspeto e reforçavam a sua previsão de que, por esse caminho, a tradução de Almeida se dissolveria numa confusa multiplicidade de versões. Isso porque, embora a TBS se propusesse, ao menos tacitamente, a rever o texto de Almeida, produzia na prática uma amálgama deste com a versão “católica” de Figueiredo e com várias inovações introduzidas pelo próprio revisor e seus auxiliares. Com isso, a fisionomia e o caráter da tradução de Almeida ficariam deformados, de modo que a revisão, caso publicada, não poderia, em sua visão, de modo algum valorizar o nome de Almeida como tradutor. Em suas próprias palavras, com uma certa dose de ironia, Whiteley recomendava que a edição preparada pela TBS, sob a responsabilidade de Thomas Boys, deveria trazer não o nome de Almeida como tradutor, mas sim de tradução “segundo as versões de Almeida e de Figueiredo, com alterações profundas em ambas”. Além disso, argumentava que promover a circulação da revisão de Thomas Boys e permitir que cressem, por um único instante, que se tratava de uma tradução de Almeida, seria induzir em erro muitos leitores, os quais jamais teriam ocasião de examinar o caso por eles mesmos. (Leite 542)

Diante disso, como já referido, o próprio Rev. Whiteley conduzia como podia um processo de revisão do Novo Testamento, idealizando uma edição “inviolada” da versão de Almeida, com dois objetivos principais: concorrer com a revisão conduzida por Boys, demonstrando a sua incompetência, e manter intacta a superioridade de Almeida, cuja excelência e fidelidade seriam comparáveis à da *King James Version*. (Leite 543) Mesmo assim, o facto é que nem a sua revisão, publicada sob o subtítulo de *Revista e Emendada*, nem a conduzida por Thomas Boys, denominada *Revista e Reformada*, tiveram grande êxito à época. Emblemática da rejeição ao nome

de Almeida, então já consolidada entre católicos e protestantes, é a posição do já referido Thomas Edwards, correspondente da BFBS na ilha da Madeira. Em carta assinada no início da década de 1840, confessava que não havia analisado a edição revista pelo Rev. Edward Whiteley, e nem tinha a disposição para fazê-lo; pois opunha-se à circulação entre os católicos portugueses de uma tradução que não fosse a de Figueiredo, esta sim um clássico e, mais ainda, a favorita e “autorizada”, à semelhança da *King James Version*. (Leite 550) Essa posição era compartilhada por muitos, que acabaram por sufocar a visão de Edward Whiteley, de modo que, mais tarde, já no século XX, um relatório oficial da BFBS atribuía à tradução de Figueiredo aquilo que, segundo Whiteley, pertenceria por direito à de Almeida: seria um clássico da língua portuguesa, ocupando uma posição semelhante à da *King James Version* face ao público britânico.

Não nos convém aqui entrar em detalhes sobre as todas as edições revistas que foram sendo publicadas, desde então, pela BFBS e por outras agências similares. O facto é que existem hoje, pelo menos, oito grandes versões da tradução de Almeida em circulação, a maior parte das quais no Brasil, mas também nos demais países de língua portuguesa. (Cavaco 158) Fica evidente, portanto, a perspicácia do Rev. Edward Whiteley ao antever justamente o cenário que ora se apresenta e que resume perfeitamente o carácter paradoxal da contribuição britânica no processo de consolidação da *Bíblia Almeida* como objeto literário e religioso: por um lado, a assistência britânica foi decisiva, tanto na sua exportação para além do seu círculo inicial de formação como na sua perpetuação em formato impresso, sobretudo graças à tipografia providenciada aos missionários de Tranquebar; por outro lado, ao ignorar o seu complexo percurso editorial, problemático desde as suas origens, e por não dominarem perfeitamente o idioma perante o qual buscavam atuar, acabaram por contribuir para dissolvê-la numa multiplicidade de versões. De tal modo que hoje soa mesmo inconcebível tratar a tradução de Almeida em sentido concreto, da forma como muitos outrora a conceberam, mas apenas em sentido abstrato, uma vez não há uma só *Bíblia Almeida*, mas sim muitas; não só independentes, mas também concorrentes entre si.

Obras Citadas

- Actes du Synode National, tenu à Dordrecht l'an 1618 & 1619*. Leyden: Chez Isaac Elsevir, 1624.
- Ansonge, Catherine. "The Revd George Lewis: His Life and Collection". *Journal of the History of Collections*. 2020: 143-156.
- Bruin, C. *De Statenbijbel en zijn voorgangers*. Leiden: A.W. Sijthoff, 1937.
- Brunner, Daniel. *Halle Pietists in England: Anthony William Boehm and the Society for Promoting Christian Knowledge*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- Cavaco, Timóteo. "Almeida Bible – Keeping a Heritage Alive: The Historical Path and Current Challenges of a Seventeenth-Century Translation". *The Bible Translator* (2023): 148-161.
- Brando, Henrique e João Bruyningo. *Diferença d'a Christandade*. Nova Batávia, 1668.
- Dubbeldam, Boetzelaer van. *De gereformeerde karken in Nederland en de zending in Oost-Indië*. Utrecht: P. den Boer, 1906.
- . *De protestantsche kerk in Nederlandsch-Indië*. 'S-Gravenhage: M. Nijhoff, 1947.
- Duverdier, Gérald. "Portugais ou indo-portugais, le choix des Missionnaires de Tranquebar". *Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português*. 1986: 115-144.
- Fernandes, Luis Henrique M. "As Fontes Textuais da *Bíblia Almeida*: Sistematização e Esquadrinhamento do *status quaestionis*". *REVER – Revista de Estudos da Religião* (2021): 45-61.
- Fenger, Johannes E. *History of the Tranquebar Mission*. Tranquebar: Evangelical Lutheran Mission Press, 1863.
- Ferreira, Guilherme Luis dos Santos. *A Bíblia em Portugal: Apontamentos para uma Monographia (1495- 1850)*. Lisboa: Typ. de Ferreira de Medeiros, 1906.
- Kooter, D. J. *In de studeervertrekken van de Statenvertalers: Het inwendige wordingsproces van het Nieuwe Testament van de Statenvertaling*. Vrije Universiteit Amsterdam, 2017.
- Leite, Rita Mendonça. *Texto e Autoridade: Diversificação Sociocultural e Religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

- Lopes, David. *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os Séculos XVI, XVII e XVIII*. Porto: Portucalense Editora, 1936.
- Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Tomo II. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.
- Memoirs of the Life and Death of the Late Reverend Mr. Anthony William Boehm, Formerly Chaplain to the Royal Highness Prince George of Denmark*. London: Richard Ford, 1735.
- Mooij, Jakob (ed.). *Bouwstoffen voor de geschiedenis der protestantsche kerk in Nederlandsch-Indië*. 3 vols. Batavia-Weltevreden, 1927-1931.
- Originale missive van den predicant Joao Ferreira A. d'Almeida aan de vergadering der seventiene*. Nationaal Archief – Verenigde Oost-Indische Compagnie, 1681.
- Propagation of the Gospel in the East: Being an Account of the Success of Two Danish Missionaries, Lately Sent to the East-Indies*. Part I. London: J. Downing, 1709.
- Propagation of the Gospel in the East: Being a Further Account of the Progress Made by Some Missionaries to Tranquebar*. Part II. London: J. Downing, 1711.
- Propagation of the Gospel in the East*. Part III, London: J. Downing, 1718.
- Santos, António Ribeiro dos. "Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Bíblicas menos vulgares". *Memorias de Litteratura Portugueza*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1806.